

REFORMULAÇÃO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO: UM EXPERIÊNCIA NO IFRO *CAMPUS* PORTO VELHO CALAMA

Gedeli Ferrazzo¹

Fernanda Dias da Silva²

Suzana Rocha de Souza Azevedo³

Darlene Mary Campos⁴

Sheylla Chediak⁵

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de socializar o processo de reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), no *Campus* Porto Velho Calama. A reformulação se estabeleceu diante do desmonte educacional promovido pela reforma do Ensino Médio que intensificou a desregulamentação das políticas educacionais, promovendo o aligeiramento dos processos formativos. No âmbito do IFRO, a desregulamentação impactou na redução do aporte financeiro, culminando no processo de reestruturação curricular do tempo de integralização do EMI de 4 anos para 3 anos, e que, conseqüentemente, impactou no tempo de permanência dos estudantes na instituição e em suas condições. Diante desse contexto, buscou-se por meio da autonomia institucional e didático-pedagógica, alternativas para o fortalecimento do Ensino Médio Integrado ancorado nos princípios de uma formação humana *omnilateral* e politécnica. Desse modo, a reformulação dos PPCs, se assinalou como pressuposto para continuidade da oferta do EMI, garantindo todos os componentes curriculares, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a integração curricular e sua oferta em tempo integral. Nessa perspectiva, o trabalho de reformulação foi subsidiado pelos pressupostos teóricos de Kuenzer (1989; 2001), Frigotto (2005; 2018), Ramos (2005; 2008; 2011) Ciavatta (2005; 2011) e Marx e Engels (2004). À luz das necessidades elencadas, partiu-se do processo formativo da comunidade escolar, com o propósito de fomentar as reflexões teóricas necessárias à compreensão das peculiaridades do EMI. Posteriormente, constituiu-se os grupos de trabalho destinados a realizarem o processo de diagnóstico e as alterações necessárias nos PPCs. Finalizou-se o processo com a implementação dos PPCs no ano de 2021, viabilizando a oferta do EMI em tempo integral, as práticas de

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, gedeli.ferrazzo@ifro.edu.br;

² Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, fernanda.silva@ifro.edu.br;

³ Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, suzana.azevedo@ifro.edu.br;

⁴ Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES, darlene.campos@ifro.edu.br;

⁵ Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, sheylla.chediak@ifro.edu.br

integração curricular que, conseqüentemente, estão fomentando uma mudança na organização didático-pedagógica e a inserção da pesquisa e da extensão no processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Ensino Médio Integrado, Integração Curricular, Projetos Pedagógicos de Curso, Formação humana *omnilateral* e politécnica.

INTRODUÇÃO

O *Campus* Porto Velho Calama (PVCAL) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) oferece, entre outros, cursos integrados (EMI) ao ensino médio que compõem o eixo industrial do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio (CNCT), e se caracterizam por ofertar o ensino médio regular junto com um curso técnico profissionalizante.

Os cursos Técnicos integrados ao Ensino Médio do IFRO iniciaram suas atividades no ano de 2010, junto com o processo de expansão da rede profissionalizante federal. Inicialmente, a oferta do EMI compreendia um período de integralização de 04 anos, com uma carga horária média total de 3.700 horas por curso. Todavia, diante das orientações introduzidas pela resolução CNE/CEB nº 6/2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na qual se estabelece um quantitativo mínimo da carga horária total para o EMI e na busca por reduzir os índices de evasão do EMI, é que diversos IFs implementaram ações de reestruturação do currículo do Ensino Médio Integrado (EMI), com foco na revisão do tempo de duração dos cursos e na carga horária.

No âmbito do IFRO, tal reestruturação resultou em 2017 na alteração do período de integralização do EMI de 04 anos para 03 anos, impactando diretamente no aumento do número de componentes curriculares por ano letivo (de 14 para 17) e na ampliação da jornada escolar semanal (de 27 horas semanais para 32 horas semanais). A partir dessa reestruturação, o tempo de permanência dos estudantes na instituição aumentou, no entanto, esse aumento não foi acompanhado de ações administrativo-pedagógicas de modo a assegurar as condições para a permanência e o êxito dos estudantes, principalmente, no que se refere à infraestrutura adequada e ao subsídio à suplementação alimentar.

Constata-se que a reestruturação curricular foi uma importante ferramenta para a redução dos índices de evasão, no entanto, gerou outras demandas pedagógicas e administrativas para a promoção das condições de permanência e êxito dos estudantes,

que além de uma carga horária mínima do EMI, ainda, participam de atividades de pesquisa e extensão. Esse contexto, fomentou a realização de estudos e a demanda por uma nova reformulação curricular e pedagógica do EMI, no âmbito do IFRO *Campus Calama*, para um projeto de curso que avançasse para além do simples ajuste da carga horária e atendesse as necessidades dos estudantes, bem como, promovesse uma educação integral.

Isto posto, o presente trabalho tem como objetivo socializar o processo de reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) do Ensino Médio Integrado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). Com vistas a colaborar com o desenvolvimento de novos métodos de trabalho, e compartilhar a experiência com outras instituições da rede federal de ensino.

METODOLOGIA

Após constatar que os alunos dos cursos EMI do Campus Calama permaneciam na instituição por mais tempo do que era previsto em seus horários regulares de aula, e que a carga horária (CH) após a mudança de 04 para 03 anos foi elevada para uma média de 32 horas, ou seja, próxima a de um curso considerado integral que possui a CH mínima de 35h, iniciou-se em 2021 no IFRO Campus Calama um movimento protagonizado pela gestão, por docentes e técnicos-administrativos da área de ensino, para subsidiar as reformulações dos projetos pedagógicos destes cursos, com os objetivos de garantir ao estudante um horário semanal compatível com a realidade já praticada, fornecer alimentação escolar, de comprometer-se com a formação *omnilateral* e politécnica, e de promover a integração entre os componentes curriculares como mudança de cultura institucional, a fim de propiciar a articulação entre os conhecimentos de propedêuticos (Ensino Médio) e técnico/profissionalizante (Ensino Técnico).

Este artigo consiste em um relato de experiência destinado a descrever o processo e o método do trabalho de reformulação dos PPCs do EMI do Campus Calama ocorrido durante o ano de 2021 e 2022, a fim de promover uma reflexão e uma análise crítica das ações que culminaram no documento final. Tal trabalho foi dividido em etapas, que contaram com uma pesquisa inicial, formações continuadas, consultorias, elaboração de documentos norteadores, mobilização da comunidade acadêmica por meio de reuniões e encontros em nível micro e macro, articulação de comissões internas, oficinas, discussões para definir o currículo, e elaboração do documento final.



Para a constituição das comissões, considerou-se que

No âmbito das práticas educacionais, todos os envolvidos (professores, gestores, estudantes) nas coisas do currículo são capazes de ressignificar, construir e constituir o conhecimento eleito como formativo nesses cenários curriculares, sendo todos *curriculantes*⁶ (BEZERRA, 2021, p. 5).

Portanto, a gestão do *Campus Calama* envolveu agentes diversos, conhecedores da realidade do espaço escolar para trabalharem juntos em Projetos Pedagógicos de Curso alinhados à identidade da rede federal de educação profissional, e que servirão como documentos basilares para as ações dos anos vindouros.

REFERENCIAL TEÓRICO

A história da educação no Brasil se assinala pela dualidade educacional, que reproduz as marcas da divisão social do trabalho. Essa dualidade se constituiu na educação básica, pela oferta de um ensino médio propedêutico, para os filhos da elite dominante, que eram encaminhados para a universidade; e a oferta de uma educação profissionalizante, voltada para o trabalho manual, destinada aos filhos da classe operária, que precisavam de um trabalho rápido a fim de suprirem as necessidades básicas de sobrevivência. Como afirma a autora:

O tema da formação integrada coloca em pauta uma concepção de educação que está em disputa permanente na história da educação brasileira: educar a todos ou a uma minoria, supostamente, mais apta ao conhecimento? A uns e a outros que tipo de educação deve ser dada de modo a atender às necessidades da sociedade? (CIAVATTA, 2005, p.2).

Esse panorama reflete o retrato da estratificação social brasileira, de uma sociedade dividida em classes, em que a classe trabalhadora, a maioria, detentora da mão de obra, se submete à classe dominante, uma minoria privilegiada que dirige a sociedade.

Desse modo, a educação geral, que antes era reservada aos filhos da elite, passa a ser destinada aos filhos da classe trabalhadora, é claro, abalizada e fragmentada. Kuenzer (2010) denomina esse processo pela tese da inversão da dualidade educacional,

⁶ Grifo do autor.



promovida a partir da acomodação do novo regime de produção flexível. Para a autora, a partir da década de 1990, ocorreu uma mudança radical na orientação e concepção do Ensino Médio para os jovens trabalhadores.

A integração do Ensino Médio com o ensino técnico é uma necessidade conjuntural – social e histórica – para que a educação tecnológica se efetive para os filhos dos trabalhadores. A possibilidade de integrar formação geral e formação técnica no Ensino Médio, visando à uma formação integral do ser humano é, por essas determinações concretas, condição necessária para a travessia em direção ao Ensino Médio politécnico e à superação da dualidade educacional pela superação da dualidade de classes. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p.45)

Nessa travessia os caminhos vão sendo trilhados visando a construção de um ensino médio com a perspectiva voltada para o desenvolvimento humano e não apenas para o mercado de trabalho, articulando educação básica e mundo do trabalho de forma crítica e emancipatória como parte das relações sociais; possibilitando aos estudantes provenientes das classes populares, uma formação profissional que permita a inserção na vida produtiva como sujeitos críticos da realidade e com uma atuação alicerçada na compreensão e enfrentamento do processo produtivo.

Esse ensino compromissado com a emancipação humana é ancorado em uma formação humana *omnilateral*, que contempla a integralidade do ser humano em suas dimensões: física, mental, cultural, política, científico-tecnológica, possibilitando ao estudante compreender e transformar as relações sociais e os processos de trabalho vigentes, oposta a uma formação unilateral, de trabalho alienado e de uma concepção de precarização do trabalho.

Por educação entendemos três coisas: 1. Educação intelectual. 2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares. 3. Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais (MARX; ENGELS, 2011, p.85).

Diante dessa perspectiva um outro conceito fundamental é o da politecnicidade, não no sentido de polivalência, tão naturalizado e esperado dos trabalhadores na atualidade como alguém que realiza diferentes tarefas com versatilidade, visando cada vez mais

produtividade, mas sim, o domínio intelectual da técnica, articulando o conhecimento já produzido e a prática social, bem como o fazer e o pensar.

Politecnia significa uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas (RAMOS, 2008, p.03).

Dito de outro modo, a politecnia refere-se ao domínio intelectual da prática, resultado da relação indissociável entre as dimensões trabalho, ciência e cultura. Compreender essa relação, implica, ao mesmo tempo, em tomar o trabalho como princípio educativo.

No sentido ontológico, o trabalho se estabelece como condição humana, já que os seres humanos, por meio do trabalho, não somente produzem e reproduzem as condições materiais de sua existência, mas também geram instrumentos e símbolos que, surgidos nas relações histórico-sociais, se convertem em elementos integrantes do patrimônio cultural, repassado às gerações futuras e modificado.

Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social. O trabalho também se constitui como prática econômica, obviamente porque nós garantimos nossa existência produzindo riquezas e satisfazendo necessidades (RAMOS, 2008, p. 5-6).

Todavia, apesar de diversos documentos institucionais, proporcionarem os fundamentos teórico-epistemológicos que sustentam os IFs, direcionando para uma formação politécnica e *omnilateral*, isso não se concretiza em grande parte das propostas de organização curricular.

Do ponto de vista prático, os educadores brasileiros do ensino médio e da educação profissional, assim como a própria sociedade em geral, não incorporaram como sua a concepção de ensino médio integrado na perspectiva da formação omnilateral e politécnica. Ao contrário, predomina uma visão retrógrada vinculada ao ensino médio profissionalizante e compensatória ou, ainda, a defesa de um ensino médio propedêutico e da profissionalização como processo específico e independente (RAMOS, 784).

Por isso, torna-se imperativo a retomada de uma proposta de reestruturação curricular que dialogue com os princípios orientadores do Ensino Médio Integrado, que

expressa a totalidade da organização do trabalho pedagógico e que não se restringe apenas aos entraves de ordem temporal e burocrática. Dessa forma, a próxima seção é dedicada a expor os resultados do processo de reformulação dos PPCs do EMI.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O processo de reformulação dos PPCs dos Cursos de EMI do *Campus* do IFRO Porto Velho Calama dispôs de diversas etapas de trabalho, que estão detalhadas nos tópicos a seguir:

1) Sondagem prévia sobre o tempo de permanência dos alunos na instituição

Esta observação foi constatada pela pesquisa realizada por Santos e Ferrazzo (2021), que por meio de um questionário aplicado aos discentes, verificou que os alunos permanecem 2 ou 3 dias da semana de forma integral no Campus Calama além dos seus contraturnos regulares. E, ao contrário das outras escolas de educação básica da rede pública da cidade de Porto Velho, tais estudantes não tinham o fornecimento de merenda escolar, pois, entendia-se que seus cursos eram de turno parcial, e não integral. Por conseguinte, percebeu-se a necessidade de reformular os PPCs, a fim de que essa carga horária excedente fosse contabilizada e para possibilitar a captação de recursos destinados a oferta de alimentação a todos os discentes.

2) Formação continuada dos servidores

No ano de 2021, os gestores do IFRO *Campus* Calama já tinham conhecimento da necessidade de iniciar a reformulação dos PPCs do Ensino Médio Integrado, no entanto, em virtude da suspensão das atividades presenciais ocasionada pela Pandemia do COVID-19, que iniciou em março de 2020, e cujo retorno só ocorreu a partir de março de 2022, decidiu-se realizar um processo formativo prévio, que foi iniciado pela capacitação intitulada “Currículo por competência - Pressupostos, exigências metodológicas e avaliativas”, ministrada pela professora Hélia Cardoso Gomes da Rocha, que possui expertise na condução de trabalhos de gestão educacional.

Em seguida, foi realizado o Projeto de Extensão “Trilha Formativa para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”, que buscou promover o debate e a reflexão sobre currículo, teorias pedagógicas, trabalho educativo, políticas públicas para a educação e sociedade, com foco na EPT para o Ensino Médio Integrado. As atividades ocorreram no formato online, por meio da oferta de palestras, debates e oficinas sobre o

tema. O projeto contou com a participação de convidados com experiência reconhecida no tema, entre eles os professores Acácia Kuenzer, Marise Ramos e Gaudêncio Frigotto.

Tais formações foram essenciais para promover espaços de discussão da identidade dos institutos federais (IFs) e os objetivos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, que são muito particulares dos IFs e possuem características distintas das demais instituições de educação básica.

3) Contratação de consultoria para o desenvolvimento das diretrizes pedagógicas e procedimentais

Após a realização das formações, para que houvesse a convergência entre o sentido prático e o teórico das capacitações ofertadas pelo *Campus*, logo, em meados de fevereiro de 2022 buscou-se novamente o auxílio das professoras Hélia Rocha e Acácia Kuenzer, que foram contratadas para ofertarem consultoria para a reformulação dos PPCs. Tais docentes foram incumbidas de definirem as orientações basilares do processo de reformulação, que culminaram em dois documentos, são eles:

- A. Diretrizes Pedagógicas Para os Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio Do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia De Rondônia – IFRO *Campus* Porto Velho Calama; e
- B. Orientações Básicas Para a Reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso do Ensino Médio Integrado.

Foram desenvolvidos também os instrumentais destinados a conduzirem as leituras sobre o tema e a facilitarem o trabalho das comissões, em consonância com os aspectos legais internos e externos. Além de modelos e roteiros com a finalidade de tornar o processo menos oneroso aos participantes das comissões, que já possuem uma carga de trabalho elevada.

4) Encontro para análise SWOT

Durante o mês de maio de 2022 foram iniciadas as reuniões com os coordenadores de curso para orientá-los sobre os documentos já elaborados, e para a constituição das Comissões de Reformulação de PPCs, que foram designadas por meio de portarias expedidas pela Direção Geral do *Campus* Calama.

Após, em junho de 2022, iniciaram-se os estudos dos PPCs vigentes por meio da dinâmica "Análise SWOT (Strengths, weaknesses, opportunities and threats)", que em vernáculo é chamada de "FOFA" e trata da detecção das Forças, Oportunidades,

Fraquezas e Ameaças. Esta ação foi acompanhada por um café compartilhado, que teve a finalidade de criar um ambiente descontraído que possibilitasse o entrosamento entre os participantes.

Durante a atividade, a Comissão Geral de Reformulação, com o auxílio da Prof.^a Hélia, visitou os grupos para prestar ajuda e esclarecimentos aos participantes. Concluída essa atividade, os Coordenadores de Curso apresentaram diante de todo o grupo os aspectos levantados. Essa análise foi necessária para dar início a redação do Perfil do Egresso.

5) Definição do perfil do egresso

A partir da Análise SWOT, foi solicitado às Comissões de Reformulação que se reunissem com a Comissão Geral para dar início às reflexões, a captação de dados e a redação do Perfil do Egresso.

Foi feita uma sondagem junto às empresas das áreas relacionadas aos cursos técnicos, para que se pudesse verificar as demandas específicas de mão de obra que eles dispõem e que possam impactar no tipo de formação a ser ofertada pelo IFRO.

Nestes encontros as minutas eram apresentadas aos presentes e as sugestões de alteração que estavam em concordância com o dito pelo grupo eram imediatamente feitas pelo coordenador. Após, o texto passou por análises da Comissão Geral, que fez sugestões de alterações a serem discutidas por todo o grupo.

6) Definição dos conteúdos estruturantes

Primeiramente, foram convocados os professores das disciplinas de Base Comum, e após, iniciou-se a articulação para a definição dos conteúdos estruturantes das matérias do Núcleo Técnico. Estas reuniões culminaram nas discussões sobre a matriz curricular, uma vez que demandaram uma alteração expressiva nas disciplinas que serão ofertadas em virtude das novas configurações do perfil do egresso, inclusive no desaparecimento, fundição e criação de alguns componentes curriculares.

7) Elaboração das matrizes curriculares

Os professores foram divididos em quatro grupos, um por curso, onde foi projetada uma minuta da matriz curricular que estava em reformulação, e, sob a condução do Coordenador de Curso, foram realizadas as discussões sobre a matriz. Neste momento, já havia a pré-definição do componente curricular intitulado “Práticas Integradoras”, destinado a ser um ponto focal de integração entre as disciplinas do curso.

Durante as discussões, vários pontos foram levantados pelos professores e precisaram ser tratados em reuniões posteriores entre a Comissão Geral de Reformulação e as coordenações de curso.

8) Reformulação dos Planos de Disciplina

Após a realização das atividades de formação, discussão e reflexão, foi proposto um modelo de Plano de Disciplina, que serviu para compor o ementário dos PPCs. Tal documento é constituído de Ementa, Proposta de Integração, Objetivos Geral e Específicos, Referências Bibliográficas Básicas e Complementares. O fator inovador deste modelo para o *Campus* Calama está na Proposta de Integração, onde foi necessário que os docentes propusessem os conteúdos a serem integrados e as disciplinas relacionadas. Este trabalho foi conduzido pelos Coordenadores de Curso, que ficaram responsáveis por enviar o modelo aos professores e compilar os Planos de Disciplina preenchidos no arquivo do PPC.

Ainda assim, houve resistência de alguns docentes em registrarem as possibilidades de integração, e alguns planos ficaram com esse aspecto em branco, no entanto, isso não impede iniciativas integrativas no futuro.

9) Envio do documento final para análise dos Conselhos Superiores do IFRO

Concluídas as correções, os projetos foram encaminhados aos conselhos superiores para aprovação, e as primeiras turmas dos novos PPCs ingressaram no ano de 2023, já como cursos integrais e com a possibilidade de fornecimento de alimentação escolar, que era o principal objetivo da reformulação. Portanto, apesar dos percalços e dificuldades, o trabalho logrou êxito devido ao esforço de todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento do trabalho de reformulação dos Projetos Pedagógicos de Curso do IFRO *Campus* Porto Velho Calama, foi possível perceber que se tratou de um percurso formativo, que levou ao amadurecimento profissional dos envolvidos e ao aperfeiçoamento da constituição da identidade da instituição.

Outro ponto crítico do trabalho foi a pouca participação dos estudantes da instituição nas reuniões de reformulação, apesar de ter sido nomeado um membro discente para cada Comissão de Reformulação de cada Coordenação de Curso, na grande maioria das reuniões, que às vezes eram marcadas de forma intempestiva, não houve o

comparecimento do estudante responsável por acompanhar o processo. Para as próximas reformulações, recomenda-se que seja estimulada uma participação mais ativa dos alunos, pois a instituição existe para eles, e são eles que vivenciam o PPC.

Um dos fatores que também dificultou o processo de reformulação foi que ao final houve uma aceleração na entrega do documento, para que o tempo necessário para a aprovação nos conselhos superiores pudesse ser cumprido, e assim os cursos iniciaram o ano de 2023 já com os novos PPCs em vigência. Em contrapartida, como resultado da aprovação dos documentos foi possível implementar a alimentação escolar para todos os alunos dos cursos técnicos integrados do *Campus Calama* nos dias de contraturno ou naqueles eventualmente solicitados para a realização de atividades diversas, portanto, considera-se que houve sucesso no cumprimento do objetivo principal da reformulação dos PPCs.

Por conseguinte, é válido salientar que o relato de experiência aqui apresentado poderá servir como base para outros métodos de trabalho, mas não se encerra em si mesmo, e deve ser revisado sempre que necessário, assim como os próprios PPCs, que são documentos que precisam ser constantemente ajustados e aperfeiçoados para acompanharem as frequentes transformações da sociedade.

REFERÊNCIAS

CIAVATTA, M; FRIGOTTO, G; RAMOS, M. (orgs). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São. Paulo: Cortez, 2005.

CIAVATTA, M. A FORMAÇÃO INTEGRADA A ESCOLA E O TRABALHO COMO LUGARES DE MEMÓRIA E DE IDENTIDADE. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 6 dez. 2005.

KUENZER, A. Z. O Ensino Médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educação & Sociedade**, 2010, vol.31, n.112, pp.851-873. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000300011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25/11/2020.

MARX, K; ENGELS, F. **Textos sobre educação e ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

RAMOS, M. N. Possibilidades e desafios na organização do Currículo Integrado. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M. **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez 2005.



RAMOS, M. N. **O Currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas.** Revista Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, jul.-set. 2011.

RAMOS, M. N. **Concepção do ensino médio integrado.** 2008. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 04/03/2020.

BEZERRA, D. S. **A REFORMULAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSOS DE LICENCIATURA EM UM INSTITUTO FEDERAL: na mira(gem) de uma educação politécnica?.** Revista Espaço do Currículo, v. 14, n. 2, p. 1-12, 2021. ISSN1983-1579. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/59550/34011>. Acesso em: 06/0/23.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 8ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.